

boletim Trabalho no COMÉRCIO

Ano 1 - nº 1 - setembro 2008

DIEESE DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

COMERCIÁRIOS: EXTENSA JORNADA COM BAIXOS RENDIMENTOS

*Este é o primeiro Boletim da série **Trabalho no Comércio** que o DIEESE está lançando para divulgar estudos periódicos sobre o mercado de trabalho no setor. As análises baseiam-se em dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego realizada pelo convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e parceiros regionais no Distrito Federal e nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo. Neste número, será traçado um paralelo entre duas variáveis do mercado de trabalho metropolitano brasileiro que vêm preocupando o comerciário: Jornada de Trabalho e Renda. Para isso, foram utilizados os dados da PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego – referentes à jornada de trabalho semanal média, e ao rendimento mensal e rendimento-hora dos ocupados no setor, nos anos de 1999, 2003 e 2007.*

O comércio brasileiro apresenta características bastante heterogêneas. É constituído majoritariamente por micro e pequenas empresas dispersas geograficamente, boa parte delas de propriedade familiar, com relações de emprego caracterizadas pela alta rotatividade e informalidade. Mas, ao mesmo tempo, conta com grandes empresas multinacionais que utilizam novas tecnologias e praticam uma gestão mais profissionalizada.

Essa heterogeneidade se reflete nas variadas formas de inserção dos trabalhadores do comércio, que vão da auto-ocupação – modalidade que incorpora os comerciantes autônomos ou que comandam o pequeno negócio familiar – aos contratados das empresas comerciais. Segundo a PED, em 2007, estas empresas detinham 68,0% dos ocupados no comércio em Belo Horizonte e 58,9%, em Recife. A contratação padrão, caracterizada pelo assalariamento direto amparado pela CLT, predomina entre os empregados do capital comercial. Oito em cada

10 empregados no comércio em Belo Horizonte e mais de seis em Recife, têm este vínculo. A mesma situação é encontrada nas demais áreas pesquisadas (Tabela 1).

Esta estrutura ocupacional se originou com a consolidação do comércio metropolitano brasileiro. Foi, porém, acentuada pela dinâmica do mercado de trabalho do setor que, no período estudado, caracterizou-se por expansão dos contratados com carteira assinada e queda da proporção dos trabalhadores à margem da modalidade padrão, em especial, dos empregados sem carteira assinada.

Entre 1999 e 2007, a ocupação no comércio aumentou expressivamente no Distrito Federal (51,7%) e nas Regiões Metropolitanas de Salvador (42,4%) e de Belo Horizonte (42,3%). De forma mais moderada, essa elevação ocorreu em Porto Alegre (21,9%) e São Paulo (20,5%). Apenas em Recife houve um fraco incremento (4,5%) no contingente de ocupados no comércio.

Tabela 1**Estimativa dos ocupados no comércio, no trabalho principal, segundo forma de inserção ocupacional
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 1999, 2003 e 2007**

(em mil pessoas)

Formas de Inserção	Belo Horizonte			Distrito Federal			Porto Alegre		
	1999	2003	2007	1999	2003	2007	1999	2003	2007
Total de Ocupados no Comércio	239	274	340	108	136	163	228	243	278
Total de Ocupados Contratados no Comércio ⁽¹⁾	162	193	249	70	92	116	140	155	189
Contratados na modalidade padrão ⁽²⁾	118	140	199	49	66	89	105	118	153
Contratados à margem da modalidade padrão ⁽³⁾	44	52	49	21	26	27	36	37	36
Comerciantes⁽³⁾	50	55	60	24	29	33	64	62	63
Outros⁽⁴⁾	27	26	32	14	15	15	24	26	26

Formas de Inserção	Recife			Salvador			São Paulo		
	1999	2003	2007	1999	2003	2007	1999	2003	2007
Total de Ocupados no Comércio	245	236	256	165	193	235	1.167	1.268	1.406
Total de Ocupados Contratados no Comércio ⁽¹⁾	128	132	151	95	113	146	718	818	963
Contratados na modalidade padrão ⁽²⁾	74	81	98	62	75	109	448	500	654
Contratados à margem da modalidade padrão	54	51	52	33	38	37	270	318	309
Comerciantes⁽⁴⁾	86	80	84	52	62	71	296	311	315
Outros⁽⁵⁾	31	23	22	17	18	17	153	139	128

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Inclui os contratados na modalidade padrão e os contratados à margem da modalidade padrão

(2) São os empregados com Carteira Assinada, pelo Setor Privado.

(3) São os empregados sem carteira assinada, pelo setor privado, assalariados contratados em serviços terceirizados e autônomos que trabalham para uma empresa

(4) São os autônomos que trabalham para mais de uma empresa, os autônomos que trabalham para o público em geral e os donos de negócio familiar.

(5) Inclui os empregadores, os trabalhadores familiares sem remuneração e os profissionais universitários autônomos.

Acompanhando a tendência verificada no conjunto do mercado de trabalho urbano, no comércio houve maior crescimento da ocupação para a forma padrão de assalariamento, ou seja, com carteira de trabalho assinada. Este incremento foi de 81,3% no Distrito Federal, com a incorporação de 40 mil empregados com carteira assinada ao setor, e de 32,4% em Recife, onde 24 mil pessoas também passaram a ter vínculo formal. Este desempenho foi expressivamente melhor entre 2003 e 2007 do que no período 1999-2003, quando a economia teve baixíssimo crescimento.

A contratação não padrão no comércio - que reúne os empregados sem carteira de trabalho, assalariados em serviços terceirizados e autônomos que trabalham para uma única empresa - apresentou trajetória diferente. Entre 1999 e 2003, este segmento do emprego cresceu na maioria das regiões estudadas, embora em intensidade bem inferior à verificada entre os contratados

de modo padrão; já, no período 2003-2007, permaneceu relativamente estabilizado no Distrito Federal e em Recife, apresentando queda nas outras áreas pesquisadas.

A EXTENSA JORNADA DE TRABALHO NO COMÉRCIO

A jornada de trabalho extensa é um dos grandes desafios a serem enfrentados pelos comerciários. Trabalhar nos domingos e feriados, permanecer no estabelecimento além do horário contratado para garantir a venda e, conseqüentemente, a manutenção da renda, são características comuns na atividade destes trabalhadores.

Segundo o Sistema PED, em 2007, o total de empregados no comércio nas regiões pesquisadas registrou uma jornada média semanal entre 43 e 48 horas. Na Região Metropolitana de Belo

Horizonte, onde ocorre a menor jornada média de trabalho entre os contratados no comércio (43 horas semanais), a Lei Municipal 5.913, de 1991, da capital mineira, proíbe a abertura do comércio aos domingos e feriados.

A desagregação das informações mostra que os contratados na modalidade padrão têm uma jornada média semanal maior do que a dos demais. Entre as regiões pesquisadas pela PED, em 2007, Recife apresentou a maior jornada, 50 horas, e Belo Horizonte a menor, 44 horas para os empregados que possuem registro em carteira (Tabela 2).

As pequenas reduções observadas na jornada de trabalho semanal dos ocupados no comércio no período analisado resultaram, em larga medida, da queda verificada entre pequenos comerciantes e, em menor proporção, da redução da jornada dos contratados à margem da modalidade padrão. Entre os assalariados com emprego formal, a jornada permaneceu bastante elevada, tendo até mesmo registrado um crescimento em

Recife. Para o conjunto dos contratados, a exceção ficou somente por conta de Belo Horizonte, onde a jornada média semanal diminuiu 3 horas entre 1999 e 2007.

O elevado tempo médio de trabalho no comércio é explicado pela proporção de trabalhadores que cumprem, semanalmente, jornadas superiores a 44 horas de trabalho. Em 2007, em todas as regiões pesquisadas, a proporção de ocupados no comércio que cumpriu jornadas acima da jornada legal foi bastante alta: 48,7%, em Belo Horizonte; 54,7%, em Porto Alegre; 55,7%, em São Paulo; 57,6%, em Salvador; 62,9%, no Distrito Federal; e 65,6%, em Recife.

Também a proporção de empregados com carteira que realizam jornada semanal acima de 44 horas é elevada, variando de 49,5% a 70,5% nas Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e de Recife, respectivamente. Para os contratados à margem da modalidade padrão varia de 38,4% na Região Metropolitana de Belo Horizonte a 54,7% na de Salvador (Gráfico 1).

Tabela 2

Jornada média semanal dos ocupados no comércio, no trabalho principal, segundo forma de inserção ocupacional
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 1999, 2003 e 2007

(em horas semanais)

Formas de Inserção	Belo Horizonte			Distrito Federal			Porto Alegre		
	1999	2003	2007	1999	2003	2007	1999	2003	2007
Total de Ocupados no Comércio	47	45	43	47	48	46	49	49	47
Total de Ocupados Contratados no Comércio ⁽¹⁾	46	44	43	46	47	46	46	46	46
Contratados na modalidade padrão ⁽²⁾	46	45	44	47	48	47	47	47	47
Contratados à margem da modalidade padrão ⁽³⁾	43	42	40	44	45	43	44	43	43
Comerciantes⁽⁴⁾	49	46	42	47	48	43	53	53	49
Formas de Inserção	Recife			Salvador			São Paulo		
	1999	2003	2007	1999	2003	2007	1999	2003	2007
Total de Ocupados no Comércio	49	50	49	46	45	45	48	48	47
Total de Ocupados Contratados no Comércio ⁽¹⁾	47	48	48	46	46	47	46	46	45
Contratados na modalidade padrão ⁽²⁾	49	50	50	47	47	47	47	48	46
Contratados à margem da modalidade padrão ⁽³⁾	43	44	43	44	45	45	45	44	43
Comerciantes⁽⁴⁾	52	52	52	45	41	40	53	51	49

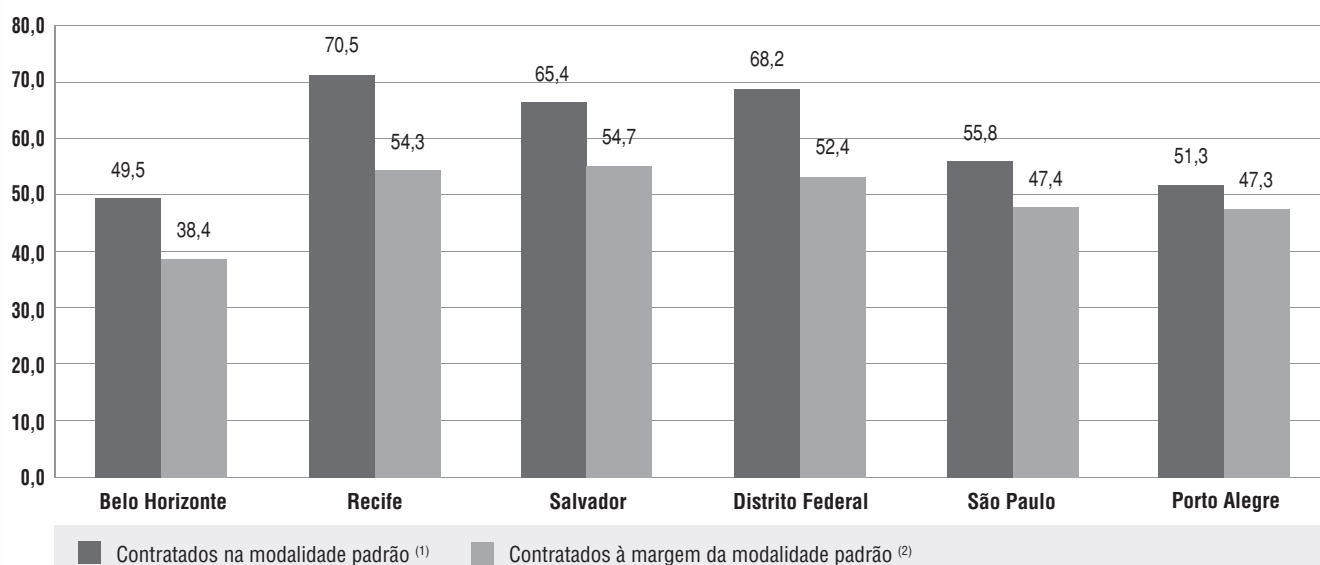
Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Inclui os contratados na modalidade padrão e os contratados à margem da modalidade padrão

(2) São os empregados com Carteira Assinada, pelo Setor Privado.

(3) São os autônomos que trabalham para mais de uma empresa, os autônomos que trabalham para o público em geral e os donos de negócio familiar.

(4) Inclui os empregadores, os trabalhadores familiares sem remuneração e os profissionais universitários autônomos.

Gráfico 1**Proporção dos ocupados contratados no comércio com jornada acima de 44 horas, no trabalho principal, segundo forma de inserção ocupacional**
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2007 (em %)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) São os empregados com carteira assinada, pelo setor privado.

(2) São os empregados sem carteira assinada, pelo setor privado, assalariados contratados em serviços terceirizados e autônomos que trabalham para uma empresa.

Tabela 3**Salário médio real⁽¹⁾ dos ocupados no comércio, no trabalho principal, segundo forma de inserção ocupacional**
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 1999, 2003 e 2007

(em R\$ de abril de 2008)

Formas de Inserção	Belo Horizonte			Distrito Federal			Porto Alegre		
	1999	2003	2007	1999	2003	2007	1999	2003	2007
Total de Ocupados Contratados no Comércio	759	672	762	918	748	821	911	753	821
Contratados na modalidade padrão ⁽²⁾	817	714	784	996	788	840	934	793	846
Contratados à margem da modalidade padrão ⁽³⁾	595	548	670	709	631	748	841	625	710

Formas de Inserção	Recife			Salvador			São Paulo		
	1999	2003	2007	1999	2003	2007	1999	2003	2007
Total de Ocupados Contratados no Comércio	665	531	572	623	597	629	1.126	845	875
Contratados na modalidade padrão ⁽²⁾	832	627	666	715	675	676	1.282	967	980
Contratados à margem da modalidade padrão ⁽³⁾	422	376	393	445	440	486	868	647	651

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os trabalhadores familiares sem remuneração salarial. Nota: Inflator utilizado: IPCA/BH/IPEAD; INPC-DF/IBGE; IPC-IEPE/RS; INPC-RMR/IBGE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP

(2) São os empregados com Carteira Assinada, pelo Setor Privado.

(3) São os empregados sem carteira assinada, pelo setor privado, assalariados contratados em serviços terceirizados e autônomos que trabalham para uma empresa

RENDIMENTO MÉDIO

Em 2007, o rendimento médio real dos contratados no comércio ficou abaixo do patamar observado em 1999. A maior retração foi registrada na Região Metropolitana de São

Paulo, que contabilizou uma queda de 22,3% para os contratados, quer tenham sido admitidos sob o amparo da CLT (-23,6%) ou à margem desta modalidade (-25,0%). A menor variação ocorreu na Região Metropolitana de Belo Horizonte (-1,7%).

Nesta década, os rendimentos dos empregados no comércio apresentaram duas trajetórias distintas. Entre 1999 e 2003, ocorreu acentuada retração dos ganhos médios reais do setor, influenciado pelo ínfimo crescimento da economia, com rebatimentos no consumo interno, na produção e no próprio nível de emprego, pressionando fortemente a baixa salarial. Já no período subsequente, a partir do último quadrimestre de 2003 a 2007, a economia volta a crescer e observa-se um movimento de recuperação do poder aquisitivo dos salários do comércio, mas não o suficiente para alcançar o patamar que vigorava em 1999 (Tabela 3).

O exame da trajetória dos salários pagos no comércio nos dois períodos analisados indica que, à exceção de Porto Alegre e de São Paulo, a perda de poder aquisitivo foi mais intensa para os empregados diretamente contratados e amparados pela CLT do que para os contratados à margem deste padrão. Isto porque, de modo geral, a queda para aos ocupados com vínculo formal entre 1999 e 2003 foi maior que os ganhos obtidos na conjuntura de recuperação de 2003 a 2007. Este comportamento aproximou os rendimentos mensais de contratados de ambas

as modalidades. Com isso, em 2007, no Distrito Federal, o salário mensal dos empregados sem vínculo formal direto passou a equivaler a 89,0% daquele dos contratados no formato consagrado padrão, o que foi seguido de perto por Belo Horizonte (85,5%) e Porto Alegre (83,9%) (Gráfico 2).

JORNADA E RENDA

Quando analisados em conjunto, as horas trabalhadas e os rendimentos do trabalho deixam claro o impacto que a economia exerceu sobre os ocupados do comércio, especialmente sobre os comerciários contratados de forma direta e sob a proteção da carteira assinada.

Com exceção de Belo Horizonte, onde o rendimento-hora permaneceu inalterado no período analisado, nas demais regiões os assalariados com vínculo formal passaram por importante perda no valor de sua hora trabalhada. As retrações mais acentuadas ocorreram em São Paulo (-21,8%) e em Recife (-21,8%), seguidas pelo Distrito Federal (-15,6%), Porto Alegre (-9,3%) e Salvador (-5,6%) (Tabela 4).

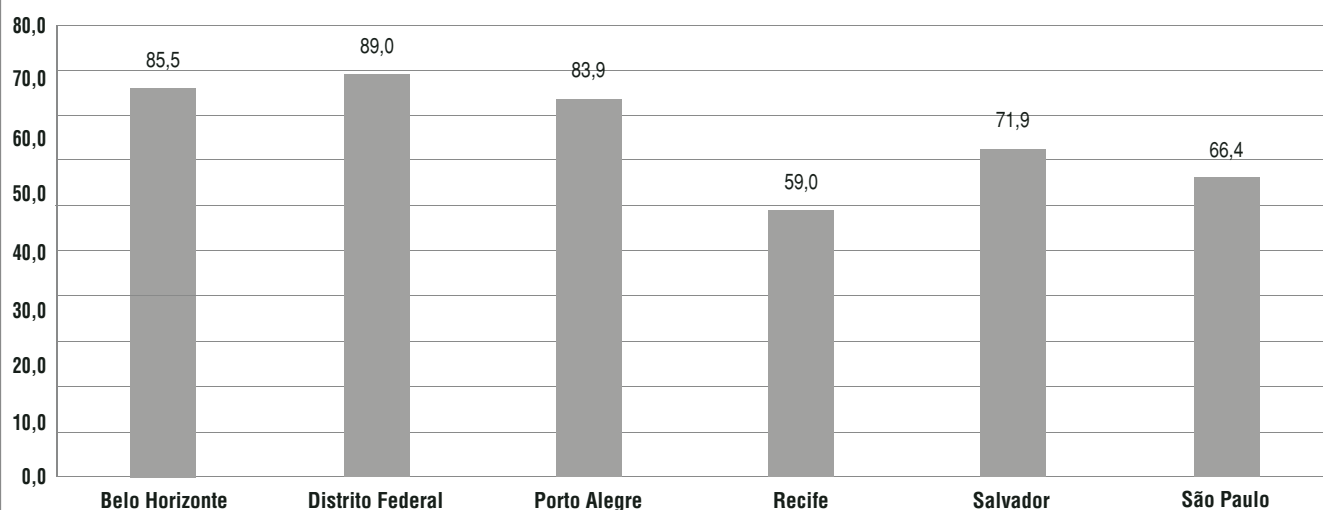
Entre 1999 e 2003, a queda do valor hora do trabalho resultou da combinação entre elevação

Gráfico 2

Índice do salário médio real mensal dos contratados no comércio à margem da modalidade padrão

Regiões metropolitanas e Distrito Federal - 2007

(100 = salário médio do contratado padrão)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Tabela 4**Varição de Jornada Média Semanal, Variação de Rendimento Médio por Hora e Variação da Estima de Ocupados
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 1999/2007**

(em %)

Formas de Inserção	Belo Horizonte			Distrito Federal			Porto Alegre		
	Var. Jorn.	Var. Rend.	Var. Ocup.	Var. Jorn.	Var. Rend.	Var. Ocup.	Var. Jorn.	Var. Rend.	Var. Ocup.
Total de Ocupados do Comércio	-8,5	7,40	42,3	-2,1	-18,5	51,7	-4,1	-13,2	21,9
Total de Ocupados Contratados no Comércio ⁽¹⁾	-6,5	7,30	53,7	0,0	-10,5	65,9	0,0	-9,9	35,0
Contratados na modalidade padrão ⁽²⁾	-4,1	0,00	68,6	0,0	-15,56	81,3	0,0	-9,27	45,7
Contratados à margem da modalidade padrão ⁽³⁾	-7,0	21,05	11,4	-2,3	7,98	29,4	-2,3	-13,65	0,0
Comerciantes ⁽⁴⁾	-14,3	4,63	20,0	-8,5	-12,98	39,1	-7,5	-18,80	-1,6

Formas de Inserção	Recife			Salvador			São Paulo		
	Var. Jorn.	Var. Rend.	Var. Ocup.	Var. Jorn.	Var. Rend.	Var. Ocup.	Var. Jorn.	Var. Rend.	Var. Ocup.
Total de Ocupados do Comércio	0,0	-19,6	4,5	-2,2	-6,5	42,4	-2,1	-25,8	20,5
Total de Ocupados Contratados no Comércio ⁽¹⁾	2,1	-16,0	18,0	2,2	-0,9	53,7	-2,2	-20,6	34,1
Contratados na modalidade padrão ⁽²⁾	2,0	-21,66	32,4	0,0	-5,35	75,8	-2,1	-21,82	46,0
Contratados à margem da modalidade padrão ⁽³⁾	0,0	-6,55	-3,7	2,3	6,78	12,1	-4,4	-21,51	14,4
Comerciantes ⁽⁴⁾	0,0	-25,49	-2,3	-11,1	-3,03	36,5	-7,5	-27,43	6,4

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Inclui os contratados na modalidade padrão e os contratados à margem da modalidade padrão

(2) São os empregados com Carteira Assinada, pelo Setor Privado.

(3) São os empregados sem carteira assinada, pelo setor privado, assalariados contratados em serviços terceirizados e autônomos que trabalham para uma empresa.

(4) São os autônomos que trabalham para mais de uma empresa, os autônomos que trabalham para o público em geral.

e/ou estabilidade do número de horas trabalhadas e redução salarial dos empregados formais. No período 2003-2007, embora estas tendências tenham sido interrompidas, não ocorreu uma reversão do quadro, pois houve apenas um ligeiro declínio e/ou estabilidade na jornada média semanal trabalhada e a elevação nos salários reais médios não recuperou o patamar de rendimentos auferidos em 1999.

Comparativamente, os contratados de modo indireto e sem carteira assinada obtiveram resultados mais favoráveis, pois à exceção de Porto Alegre - onde não houve elevação em seu salário-hora - perderam menos que os empregados na modalidade padrão. O crescimento da contratação à margem da modalidade padrão também foi bem menos intenso que o visto entre os empregados diretos, com a carteira assinada.

Assim, não parece ter sido o desemprego que justificou perda de poder aquisitivo e manutenção das extensas jornadas de trabalho dos comerciários dos segmentos mais organizados do

setor. O que as informações indicam é que respostas para o declínio da qualidade do trabalho no comércio devem ser buscadas na forma como são compostos os salários no setor - com uma parcela variável, a das comissões - e como ela está associada ao uso do tempo do trabalhador. A adesão municipal à abertura do comércio aos domingos e feriados completou este processo, tornando a extensão do tempo de trabalho requisito da remuneração mensal do comerciário.

CONSIDERAÇÕES

A análise desenvolvida a partir dos dados da PED permite algumas conclusões:

- Houve aumento significativo da ocupação no setor do comércio nos últimos anos, com destaque para os contratados na modalidade padrão;

- A jornada média semanal de trabalho dos comerciários ainda é extensa e com uma elevada proporção de trabalhadores realizando jornadas superiores a 44 horas semanais;

- O rendimento real médio dos contratados no comércio registrou redução significativa entre 1999 e 2007. Entretanto, observa-se em 2007 uma recuperação destes rendimentos quando comparado com 2003, sem, contudo, alcançar os patamares anteriores;

- Os rendimentos dos contratados à margem da modalidade padrão, mesmo que tenham obtido aumentos proporcionalmente maiores do que os dos contratados na modalidade padrão, continuam sendo mais baixos que o daqueles que têm carteira de trabalho assinada, lembrando que, por sua situação, estão ainda à margem dos direitos estabelecidos na CLT;

- Os contratados na modalidade padrão sofreram, comparativamente, maiores perdas, uma vez que a expressiva queda nos seus rendimentos no período, não foi acompanhada de redução significativa na jornada. E, num momento em que se discute redução da jornada sem redução de salários, estas constatações tornam-se ainda mais relevantes.

- Em termos regionais, cabe salientar a trajetória da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que além de estar entre as regiões que tiveram incrementos mais significativos no número de postos de trabalho, foi a que apresentou as maiores reduções na jornada média semanal de trabalho e os maiores ganhos nos rendimentos.

INDICADORES DO COMÉRCIO NO 1º SEMESTRE DE 2008

Os dados da PED para os seis primeiros meses do ano, mostram que o rendimento médio real dos ocupados no setor ficou entre R\$ 578,00 para a região metropolitana de Recife e R\$ 944,00 para a de São Paulo. Os contratados com carteira assinada são os que percebem os maiores rendimentos. Para os trabalhadores à margem da modalidade padrão, o rendimento médio girava em torno de 58% (Recife) a 86% (São Paulo) dos recebidos pelos contratados na modalidade padrão.

Em relação à jornada média semanal desses trabalhadores, somente em Belo Horizonte a jornada ficou dentro da jornada legal brasileira, ou seja, 44 horas semanais. As demais regiões ultrapassam as 44h semanais, alcançando em Recife, por exemplo, a média de 50 horas semanais.

O destaque para os trabalhadores com carteira assinada com relação às longas jornadas fica para Recife, onde 72,8% dos comerciários trabalham acima da jornada normal de trabalho. Patamares menores foram verificados para os ocupados contratados em Belo Horizonte (52,4%) e São Paulo (55,0%).

DESEMPENHO DO COMÉRCIO EM 2008

O comércio segue crescendo em ritmo vigoroso. De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio, realizada pelo IBGE - PMC, em junho de 2008, o volume de vendas teve alta de 1,3% em relação ao mês anterior e a receita nominal, alta de 2,5% - ajustadas sazonalmente. O desempenho das vendas no primeiro semestre de 2008 é o melhor resultado de toda a série histórica da pesquisa, iniciada em 2001. As vendas cresceram 10,9% em relação a junho de 2007, e 10,0% tanto de janeiro a junho quanto nos últimos 12 meses.

Do ponto de vista setorial, nos últimos 12 meses, as vendas no comércio cresceram mais no segmento de equipamentos/material para escritório, informática e comunicação (33,4%) e no setor de móveis e eletrodomésticos (16,5%). O grupo "hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo", registrou um crescimento na ordem de 5,9%. No varejista ampliado, o segmento de veículos, motos, partes e peças lideram as variações nas vendas, com alta de 22,3%. A redução da taxa de juros em 2007, a ampliação dos prazos de financiamento, a oferta de crédito bem como as expectativas positivas quanto à manutenção do emprego vêm se constituindo ainda nos principais fatores para expansão das vendas do ramo. O ramo de material de

construção também registrou desempenho favorável, com crescimento de 11,4% nas vendas.

Na análise regional, nos últimos 12 meses, das 27 unidades da federação, todas, com exceção de Roraima, apresentaram crescimento no volume de vendas. O melhor desempenho ficou com São Paulo (13,8%) e a menor alta foi registrada no Acre (0,5%).

O comércio continua apresentando dados bastante positivos, mesmo com as recentes ele-

vações nas taxas de juros. Espera-se a continuidade do dinamismo que vem sendo observado no setor, puxado pelo crescimento da massa salarial, via crescimento do emprego, bem como pelo crédito em expansão.

O volume total de crédito do sistema financeiro alcançou R\$ 1.067 bilhão em junho, com aumento de 2,1% no mês e de 33,4% em doze meses. Em consequência, a relação desse volume com o PIB atingiu 36,5%, ante 32% em junho de 2007.



Rua Ministro Godói, 310 - Perdizes - São Paulo/SP - CEP 05001-900
Tel.: (11) 3874-5366 - Fax: (11) 3874-5394 - en@dieese.org.br - www.dieese.org.br

DIREÇÃO EXECUTIVA

João Vicente Silva Cayres
Presidente – Sind. Metalúrgicos do ABC
Carlos Eli Scopim
Vice-presidente – STI. Metalúrgicas de Osasco
Tadeu Moraes de Sousa
Secretário – STI. Metalúrgicas de São Paulo
Antonio Sabóia B. Junior
Diretor – SEE. Bancários de São Paulo
Alberto Soares da Silva
Diretor – STI. Energia Elétrica de Campinas
Zenaide Honório
Diretora – Apeoesp
Pedro Celso Rosa
Diretor – STI. Metalúrgicas de Curitiba
Josemar Alves de Souza
Diretor – Sind. Energia Elétrica da Bahia
Levi da Hora
Diretor – STI. Energia Elétrica de São Paulo
Carlos Donizeti França de Oliveira
Diretor – FE em Asseio e Conservação do Estado de São Paulo (Femaco)
Mara Luzia Feltes
Diretora – SEE. Assessoria Perícias e Porto Alegre
Célio Ferreira Malta
Diretor – STI. Metalúrgicas de Guarulhos
Eduardo Alves Pacheco
Diretor – CNTT/CUT

DIREÇÃO TÉCNICA

Clemente Ganz Lúcio – *Diretor Técnico*
Ademir Figueiredo – *Coordenador de Estudos e Desenvolvimento*
Francisco J.C. de Oliveira – *Coordenador de Pesquisas*
José Silvestre Prado de Oliveira – *Coordenador de Relações Sindicais*
Nelson Karam – *Coordenador de Educação*
Claudia Fragozo dos Santos – *Coordenadora Administrativa e Financeira*

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

Rede Comerciais

Catia T. Uehara
Daniela B. Sandi
Denis Oshima Roberto
Diego Romano
Fabiana Carla da Silva Campelo

Equipe PED

Ana Margaret Simões
Milena Prado
Tiago Oliveira
Lúcia dos Santos Garcia
Ana Paula Queiroz Sperotto (estatística)
Edgar Fusaro (estatístico)
Fernanda Chuerubin (estatística)

Apoio/Crítica

Andréa Muchão
José Silvestre Prado de Oliveira
Paulo Jager
Geni Marques (revisão)
Iara Heger (revisão)